

**TEORIA DO ESTADO MODERNO: LEITURAS ECONÔMICAS E  
CULTURALISTAS**

Wanilton Dudek\*

**Resumo:** As linhas teóricas do campo das ciências sociais sempre colocaram em pauta a discussão referente à Teoria do Estado Moderno. O problema central da minha pesquisa implica em fazer uma tênue ligação entre as Teorias do Estado Moderno dos autores clássicos das ciências sociais (Marx, Weber, entre outros), que optaram mais pelo viés materialista para construir seus discursos, com teorias balizadas pela chamada Nova História Cultural. Mas é importante elucidar que se trata de uma pesquisa sobre o Estado racional moderno, ou seja, o Estado nacional ocidental.

**Palavras-chave:** Estado Moderno, teoria, História.

As linhas teóricas do campo das ciências sociais sempre colocaram em pauta a discussão referente a teoria do Estado Moderno. Tomando por base os chamados autores clássicos podemos classificar e indicar diversas definições sobre o tema. O problema central da minha pesquisa implica em fazer uma tênue ligação entre as Teorias do Estado Moderno dos autores clássicos das ciências sociais (Marx, Weber, entre outros), que optaram mais pelo viés materialista para construir seus discursos, com teorias balizadas pela chamada Nova História Cultural, quando a mesma faz uso de aspectos culturalistas para analisar o “mesmo” Estado Moderno.

Importa afirmar, que não se trata de uma pesquisa com o intuito de encontrar a melhor maneira de se estudar o Estado Moderno, e nem de fazer um confronto de teorias, mas sim de fazer uma releitura bibliográfica mostrando os diversos ângulos de análise. Ao passo que desta forma faremos um trabalho de interdisciplinaridade entre História e as Ciências Sociais.

A idéia de desenvolver um trabalho sobre este tema veio das leituras sobre o papel e a organização do Estado Moderno, apresentadas nas disciplinas do curso de Especialização em Sociologia Política do departamento de Ciências Sociais da UFPR, aliada as minhas pré-leituras na área de Teoria da História, onde estão incluídos os

---

\* Professor de História e Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná.

temas de História Cultural. A princípio pergunto: há uma teoria de aspectos unicamente culturais sobre o Estado? Ou ainda: há uma teoria de aspectos apenas econômicos sobre o Estado? Um dos objetivos deste trabalho é mostrar que em todas as análises encontramos tanto aspectos culturais quanto econômicos, o que acontece é uma relevância maior, hora para um, hora para outro.

## **A FORMAÇÃO DE ESTADOS MODERNOS**

As discussões que norteiam o debate que proponho estão notavelmente ligadas aos estudos históricos relativos a formação dos Estados Modernos europeus. O presente trabalho toma como ponto de partida uma observação histórica para a análise da gênese do Estado Moderno, é o que pretendemos discutir neste capítulo.

O Estado, enquanto instituição humana, é muito antigo. Data de cerca de 10 mil anos, período em que surgiram as primeiras sociedades rurais na Mesopotâmia, com uma certa organização em torno de uma representação de poder. Podemos citar também a China, onde existiu um Estado dotado de aparato burocrático durante séculos na antiguidade. Mas o que nos interessa analisar é muito mais recente, ou seja, o Estado moderno europeu, com burocracia centralizada que podia exercer a soberania e autoridade em um vasto território; que detém poder de taxaço e ainda a formação de grandes exércitos para a proteção nacional. O surgimento destes Estados, com sua capacidade de prover segurança, ordem, leis, direitos a propriedade, deu início ao mundo econômico moderno, que passa também revolucionar o campo das idéias. (FUKUYAMA, 2004)

Existem divergências entre os historiadores a cerca da gênese dos Estados modernos. Uma parcela de estudiosos datam do século XVI, outra do século XV <sup>1</sup> o surgimento de aparelhos burocráticos e opressores que compõem os Estados Modernos. Existe uma idéia plausível entre a historiografia do fim do século XIX e começo do século XX de que a origem e o desenvolvimento dos Estados modernos estão entre a

---

<sup>1</sup> No que diz respeito a essa parcela de historiadores que citam o século XV como sendo o princípio dos Estados modernos, muitos atribuem aos Estados italianos do *Quattrocento* o mérito desta primazia, baseados principalmente nos movimentos humanistas e renascentistas deste período. E por outro lado, há aqueles que retomam mais ainda na história para explicar a origem destes Estados modernos, tomando como base as disputas entre reinados da Europa nos anos de 1280 e 1360, como afirmou Jean Philippe Genet, em seu livro “Estados Modernos: gênese e perspectiva”. p. 362.

questão da formação do sentimento nacional e da nacionalidade, mas simultaneamente, com o advento da modernidade, quem tem o Estado como portador e realizador de ambos os casos. Contudo, como este Estado que se forma no período do século XV é caracterizado pelo modelo absolutista de governo, ou seja, com o advento da modernidade percebemos a ascendência deste modelo monárquico e absolutista de Estado, mas com as revoluções burguesas do século XVIII<sup>2</sup> podemos observar o declínio desta forma de governo. Além do mais, ainda em fins do século XVIII, o modo-de-produção feudal e todas as suas implicações na ordem social, ainda estavam muito presentes no cotidiano de alguns países europeus, no entanto, rumo ao declínio, causando crises internas nos Estados monárquicos absolutistas.<sup>3</sup> Portanto, se pegarmos como ponto de partida o surgimento dos Estados modernos a partir do advento da Modernidade (mercantilismo, absolutismo, etc), observaremos o seu fim com a queda dos arcaicos modelos absolutistas de governos denunciados pela Revolução francesa; pois, a partir deste período há um “efeito dominó”, gerando a queda dos antigos regimes absolutos, começando pela própria França no fim do século XVIII, e terminando na Rússia, no princípio do século XX.

No entanto, as transformações já viam sendo anunciadas no século XII. Na medida em que as cidades cresciam, as relações comerciais e monetárias davam os alicerces para uma nova concepção de poder. O historiador Jacques Le Goff afirmou que (...)“a afirmação da cidade medieval entre os séculos X e XIII, produzia um dos mais encorpados movimentos de urbanização que a Europa conheceu.”(GOFF, 2002, p.221). Muito além de apenas um espaço para a circulação e aglomeração de pessoas ou mercadorias, as cidades européias haviam se transformado em lugares de discussão e participação política. A centralização do poder nos mandos do monarca começa a tomar forma e estabilidade com a especialização administrativa que crescia naquele momento. Desta maneira, os administradores de terras senhoriais das províncias tornaram-se mais

---

<sup>2</sup> Mais precisamente a Revolução Francesa.

<sup>3</sup> No primeiro capítulo de *A era das Revoluções*, o historiador Eric J. Hobsbawm afirma: “Na maioria dos países da Europa Ocidental, a ordem feudal implícita nessa maneira de pensar estava ainda muito viva politicamente, embora fosse cada vez mais obsoleta em termos econômicos. De fato, sua própria obsolescência econômica, que fazia com que os rendimentos dos nobres e cavaleiros fossem ficando cada vez mais para trás em relação ao aumento dos preços e dos gastos, levava a aristocracia a explorar com intencionalidade cada vez maior seu bem único inalienável, os privilégios de status e de nascimento.”(HOBSBAWN, 1977, p. 35)

eficientes na arrecadação dos impostos, que significavam também mais recursos para os príncipes e monarcas.(STRAYER, 1969)

Esta falta de consenso entre os historiadores referente ao surgimento dos Estados Modernos só vem a enriquecer mais ainda a pesquisa sobre o assunto. Contudo, podemos afirmar que estes Estados se revelaram mais influentes nas decisões a cerca de um “Novo Mundo” que se anunciava apenas no advento das novas relações comerciais a partir da conquista das américas e do estabelecimento do mercantilismo.

### **CULTURAS, IDEOLOGIAS E REPRESENTAÇÕES NA ANÁLISE DO ESTADO MODERNO.**

Na medida em que pretendemos compreender o funcionamento e as relações do Estado Moderno com o poder, e a capacidade de aplicar sua política, faz-se necessário apontar quais são as formas para tanto. Neste capítulo pretendo fazer esta análise, partindo de uma perspectiva culturalista, atrelada ao conceito de História Cultural, na qual podemos observar algumas alternativas para entender o problema do Estado Moderno.

Sem ater-se ao processo cronológico da formação dos Estados Modernos europeus, em que no limiar das discussões vem balizar a gênese destas instituições, realizaremos um exercício de observação do problema a partir de autores que produziram algo sobre o tema. A primeira obra selecionada para dar continuidade ao trabalho é um texto de Roger Chartier<sup>4</sup>, que foi publicado no livro “História Cultural: entre práticas e representações”. A idéia de Chartier é propor uma releitura do colóquio “Culturas e ideologias no Estado Moderno”. Para tanto, ele inicia analisando os dois mecanismos que constroem o Estado Moderno em longo prazo são eles: “o primeiro é o monopólio fiscal que centraliza o imposto e dá ao soberano a possibilidade de retribuir em dinheiro, e já não em terras, aos seus fiéis e servidores. O segundo é o monopólio estabelecido sobre a violência legítima que atribui ao rei a força militar, tornando-o senhor e garante da pacificação da sociedade.” (CHARTIER, 1988, p.215). Os monopólios “fiscais e militares” definem as linhagens do Estado Moderno, juntamente com a consciência da própria história e as condições para que ela seja

---

<sup>4</sup> Roger Chartier é historiador francês, considerado idealizador do conceito de “História Cultural”, produzindo uma vasta obra sobre o assunto.

escrita. A gênese do Estado Moderno se encontra justamente na competição de vários pretendentes à hegemonia. Dois exemplos de monarquias modernas são a França e Inglaterra. Chartier discute que as formações dos Estados Modernos, segundo Bloch, se encontram na feudalidade e a consolidação dos mesmos, já segundo Elias, estão nas sociedades industriais. O autor parte de três pressupostos básicos para tanto: “... quais as condições culturais requeridas para se desenvolver e se perpetuar o Estado de finança e de justiça, absoluto e hegemônico? Quais as expressões ideológicas, rituais e simbólicas? Quais os efeitos, sobre as formas de sociabilidade e a economia psíquica dos indivíduos, destas transformações que definem a forma própria do poder do Estado?” (CHARTIER, 1988, p.217). Admite o crescimento pela busca pela legitimação pela história, citando o exemplo dos *Royal Writ* na Inglaterra. A imbricação entre o escrito do Estado, simbólico e institucional. Interpretar estas questões implica em apreender no campo da prática a eficácia simbólica do Estado. A interpretação do simbolismo do Estado expresso em cerimônias, ritos e gestos que constroem e respaldam o Estado. Segundo o autor, “... o Estado Moderno define o terreno onde podem ser travadas as lutas simbólicas entre os grupos – isto é, lutas onde a posição cerimonial visível é identificada com a posição social real, em que as distinções manifestadas são tidas por desigualdades essenciais do ser social” (GOFF, 1988, p.222). Em que ou, como a construção do Estado Moderno modifica a estrutura dos homens em conjunto? O próprio autor responde: nas sociedades de corte. As sociedades de corte são formas específicas de Estados, caracterizadas pelas propriedades particulares de funcionamento.

Entender os Estados Modernos pela sociedade de corte exige entender as formas de vida da corte bem como, os hábitos criados pela mesma. Os Estados Modernos são apoiados na escrita deles mesmos, o que exige formação para tanto. Tal é conseguido através de duas maneiras: primeiramente direto nas universidades, ou, fundando e apoiando novas instituições formadoras. A construção do Estado Moderno tem conseqüências culturais que não dependem apenas da sua ação voluntária sobre as instituições ou práticas designadas como tais. Ao transformar as próprias percepções do devir social possível, ao produzir escolhas educativas ou profissionais inéditas, essa construção revolve a sociedade nas suas profundezas, pois permite êxitos anteriormente impossíveis embora crie decepções indeléveis.

Mas como o Estado estabelece esta relação de “poder” simbólico e cultural? Eis uma hipótese: através dos seus discursos e políticas públicas abrangentes. Os discursos mantêm o Estado Moderno em controle e cuidado normativo. Nas políticas públicas há uma efetivação da relação mais estreita entre a população e o Estado, seja com suas políticas para a educação, cultura, etc; embora não sejam estas as únicas formas normativas do Estado. Nas palavras de Chartier: “Examinar as condições culturais do Estado moderno é, para começar, interrogar os laços existentes entre seu desenvolvimento e os progressos da alfabetização das populações.” ( 1988 p. 217). Portanto, uma análise da perspectiva cultural, que automaticamente recai sobre a análise da representação, do Estado moderno, também deve manter um exercício de análise das populações deste Estado.

Contudo, as formas de representatividades do Estado apresentam-se com um aspecto muito peculiar no momento do absolutismo monárquico. Peter Burke caracteriza de forma maestral este aspecto em sua obra intitulada *“A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV.”* (BURKE, 1994) Nela, Burke coloca em pauta a problemática do poder absolutista na figura central do rei, usando como base um estudo sobre a construção da imagem de Luis XIV, um dos mais notáveis e respeitados reis da França, a quem é atribuída a frase: *“O Estado sou eu!”*. O quanto de Luís havia em Luís XIV? Luís era baixo (1,60 metro) e calvo, no entanto, a imagem mais marcante que se tem dele não condiz com tal realidade. Além destas discrepâncias físicas do mito com a realidade os críticos de Luís XIV — sim, porque haviam imagens bem menos lisonjeiras de Luís — encontravam mote nos feitos que ressaltavam sua ambição, sua falta de escrúpulos, sua tirania, seu imenso amor próprio, suas fragilidades militar e sexual : *“foges da guerra, mas persegues as belas”* (BURKE, 1994, p.157). Até a sua falta de religião, crítica esta feita por sua união com os Otomanos e pelo culto oficial ao Rei Sol. Ademais, vale lembrar, que mesmo o que é atribuído a Luís não pode ser confirmado como dele porque *“a imagem de Luís XIV não emanava, como a luz do sol, de um único centro. Era a produção conjunta de escritores, artistas e patrocinadores oficiais e não-oficiais”* (BURKE, 1994, p.115). Mas que o título da obra *“fabricação”* não iluda ao ponto de se acreditar que Luís tenha sido artificial, fabricado. *“Ele não tomou todas as decisões que lhe foram atribuídas na época, mas tomou algumas delas”*

(BURKE, 1994, p.22). O que percebemos nesta obra é a grande capacidade e necessidade de “produzir” uma imagem construtiva do Estado, ou do poder.

Portanto, os grupos políticos - tanto aqueles que estão no poder, quanto aqueles que estão no poder- buscam os meios de comunicação como um dos meios para alcançar e manter tal poder<sup>5</sup>; isto implica também em um simbolismo das formas de atuação e manutenção do poder do Estado – bandeiras, “heróis” nacionais, tradições, nacionalismo, etc.<sup>6</sup>

### **ANÁLISE SOCIOLÓGICA E POLÍTICA DO ESTADO MODERNO**

As teorias de análise do Estado Moderno, notadamente, são foco de pesquisa das ciências sociais e políticas. Pretendo, neste momento, discutir o Estado através desta perspectiva; para tanto, minha discussão tem como base dois autores “clássicos” das ciências sociais: Karl Marx e Max Weber. Começaremos por Marx.

Discutir o Estado Moderno em Marx exige mais do que apenas o cuidado atento nas leituras sobre o assunto que podemos encontrar, pois não está claramente disposto onde Marx discutiu o Estado. Para fazer este debate se faz necessário uma busca em suas chamadas “obras históricas” e perceber quando Marx escreve sobre o tema. No entanto, para se chegar no problema do Estado em Marx, torna-se interessante a observação das críticas atribuídas a teoria marxista do Estado. Portanto, cito aqui o artigo denominado *O Estado como instituição: Uma leitura das “obras históricas de Marx”*, de autoria dos professores Adriano Codato e Renato Monseff Perissinoto, no qual é discutido onde e como Marx construiu uma teoria sobre o Estado Moderno.

Uma das críticas ao pensamento político do Estado em Marx está relacionada a sua concepção instrumental de Estado. Nas palavras de Norberto Bobbio: “Marx tem uma concepção instrumental de Estado. O Estado como aparato do serviço da classe dominante – que é a virada radical da concepção ética segundo a qual a força do Estado é antes de tudo uma força moral e espiritual.” (BOBBIO, 1979, p.29) Este é centro da crítica a doutrina marxista do Estado – a concepção instrumental de Estado. Mas logo podemos notar também, que os próprios críticos admitem a importância da obra de

---

<sup>5</sup> Nas palavras de Nicolau Maquiavel: *Os fins justificam os meios*.

<sup>6</sup> <sup>6</sup> Importa afirmar que não pretendo aqui discutir casos específicos de Estados Modernos, pois poderia entrar na discussão sobre populismo, nacionalismo ou totalitarismos que têm casos diferenciados entre si na formação de uma forma de governo; e que no entanto o “Poder simbólico” está muito presente nestes casos.

Marx: “A originalidade de Marx consiste no fato de que ele é talvez, o primeiro escritor político que une uma concepção realista do Estado a uma teoria revolucionária da sociedade.”(BOBBIO, 1979, P.29)

Esta concepção crítica da teoria de marxista se fundamenta na afirmação de que Marx pensava o Estado como uma “força repressiva”, força esta que seria emanada pura e simplesmente da classe dominante (burguesia). Portanto, o Estado como um instrumento da classe burguesa (economicamente dominante) para atingir suas metas e interesses particulares.(CODATO/PERISSINOTO, 2000, p.13) De tal modo, o problema centra-se no “lapso” de Marx em analisar as diversas instituições que compõem as formas de governo dentro de um determinado Estado. Basta observarmos esta passagem para compreendermos melhor:

Marx e Engels (e sobre sua linha, um chefe revolucionário como Lênin), convencidos como estavam de que a esfera da política fosse a esfera da força (e nisso tinham perfeitamente razão), colocaram-se sempre o problema do argumento histórico desta força, individualizado na classe dominante de tempos em tempos, em vez do problema dos diversos modos pelos quais essa força podia ser exercida (que é o problema das instituições).(BOBBIO, 1979, p.28-29)

Portanto, estas críticas, em linhas gerais, colocam a teoria marxista do Estado (e também os “seguidores” do marxismo) como uma teoria incompleta na medida em que não se atém a discutir “como” se dá a dominação política, mas estaria apenas preocupado em observar “quem” domina o Estado.

No rebate à estas críticas consta o texto de Perissinoto e Codato, onde é feita uma leitura das “obras históricas” de Marx apontando o Estado com a devida diferença entre *aparelho* de Estado e *força* do Estado. Segundo os autores:

“Assim é que procuramos realizar uma leitura das “obras históricas” de Marx – conjunto de títulos, é certo, bastante heterogêneo, redigidos em circunstâncias distintas e dirigidos a um público variado – circunscrevendo, dentre e muitos possíveis, um tema em especial, o Estado”.(CODATO/PERISSINOTO, 2000, p. 18)

Desta forma, o exercício de análise da teoria do Estado em Marx requer muito mais do que uma leitura de “algum texto metodológico” sobre o assunto, mas sim uma [re]leitura de seus textos históricos para se trazer a luz a discussão do Estado.

Marx compreendia o Estado como uma instituição complexa, dotada de processos e micro-instituições. Vejamos, por exemplo, esta passagem selecionada do 18

*Brumário de Luís Bonaparte*: “A burguesia francesa viu-se assim competida por sua posição de classe a aniquilar, por um lado, as condições vitais de todo o poder parlamentar e portanto o seu próprio, e, por outro, a tomar o Poder Executivo que lhe era hostil”(MARX, 1971, p.23). E estas micro-instituições do Estado têm sua burocracia sustentada através da própria organização, prevista por determinada classe que a conduz. Na medida em que Marx fala em “poder parlamentar” percebemos as instituições que compõem o Estado. Portanto, para Marx, o Estado tem uma função, que é a do poder decisório, seja através da classe burguesa, ou da classe operária.

Enquanto Marx define o Estado como a forma final de poder, ou seja, o Estado já é o poder em si, percebemos na análise de Max Weber o Estado como um meio para se chegar ao poder efetivo. Na perspectiva weberiana a política é o campo onde são travadas as lutas pelo poder legítimo e o controle sobre o Estado seria um “meio” para se obter este poder. E qual seria a forma de aplicação e atuação deste poder? Através do uso legítimo da violência, que é único e exclusivo do Estado esta legitimação<sup>7</sup>. Contudo, Weber indica ainda a importância do Estado nacional fechado para o manutenção e consolidação do capitalismo ocidental moderno, que seria este baseado na classe burguesa nacional e as instituições estatais:

A luta constante, em forma pacífica e bélica, entre Estados nacionais concorrentes pelo poder criou as maiores oportunidades para o moderno capitalismo ocidental. Cada Estado particular tinha que concorrer pelo capital, que estava livre de estabelecer-se em qualquer lugar e lhe ditava as condições sob as quais o ajudaria a tornar-se poderoso.(WEBER, 1999, p.517)

Portanto, Estado Moderno em Weber está intimamente ligado ao advento do capitalismo moderno também, e nisto é perceptível que a preocupação dele estava em analisar toda a estrutura que foma a burocracia estatal, e da maneira que as formas de poder no Estado, em quanto meio para tanto, ligam-se ao próprio modelo capitalista de sociedade. Entretanto, alerta que esta luta constante pelo poder através da política gera o capitalismo, é o que ele escreve mais adiante em seu texto. “(...) É, portanto, o Estado nacional fechado que garante ao capitalismo as possibilidades de sua subsistência e,

---

<sup>7</sup> Para esta compreensão em Weber podemos consultar a obra *Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva*, mais especificamente o capítulo 8: *A instituição estatal racional e os modernos partidos políticos e parlamentos (sociologia do Estado)*.

enquanto não cede lugar a um império universal, subsistirá também o capitalismo”(WEBER, 1999, p.517)

### **Considerações finais**

A ciência política, em seu aspecto realista, tem como primeiro representante Nicolau Maquiavel, que escreveu no século XVI. Desde então, o olhar sobre a política e sobre os soberanos esteve em constante mudança, em suas mais diversas formas de análise. Contudo, o Estado Moderno, que têm sua gênese neste mesmo período, tornou-se o “habitat” das lutas políticas, no sentido de que, é pelo controle deste mesmo Estado que se travam estas lutas. Isto faz com que as teorias do Estado Moderno sejam estudadas pelas mais variadas ciências sociais, seja História, Sociologia, Economia, ou qualquer outra que se proponha a analisar as relações humanas. No entanto, como percebemos, esta análise implica em um panorama abrangente sobre a política e a cultura deste Estado.

Meu objetivo neste artigo jamais foi indicar um melhor modo de teorizar e analisar os Estados Modernos. Portanto, seja na perspectiva econômica, ou seja na perspectiva culturalista, os Estados Modernos fornecem, para as ciências sociais, um leque abrangente para compreender as relações de Cultura e Poder que compõe as relações humanas.

### **Referências bibliográficas**

BOBBIO, Norberto. **Existe uma doutrina marxista do Estado?** In: O Marxismo e o Estado. Rio de Janeiro, Graal. 1979.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem pública de Luís XIV.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Coleção Memória e Sociedade Editora Difel (Difusão Editorial Ltda). Lisboa 1988.

CODATO, A./ PERISSINOTO, R. **O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas de Marx”.** Crítica Marxista.

\_\_\_\_\_ **O 18 Brumário , política e pós-modernismo.**

FUKUYAMA, Francis. **A construção de Estados: governo e organização no século XXI.** Rio de Janeiro, Rocco. 2004.

GOFF, Jaques Le (org). **Dicionário temático do Ocidente medieval**. Bauru/São Paulo: Edusc/ Imprensa Oficial, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

\_\_\_\_\_. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

\_\_\_\_\_. **A invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1985.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Brasília: UnB, 1992.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte**.  
In:file:///c:/site/livros\_grátis/brumário.htm.

STRAYER, J. **As origens medievais do estado moderno**. Lisboa: Gradiva, 1969.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva**. Brasília, UNB. 1999.